



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.681, DE 2007

Inclui a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.

Autor: Deputado **WALTER PINHEIRO**
Relatora: Deputada **ALICE PORTUGAL**

I - RELATÓRIO

O presente projeto de autoria do Deputado Walter Pinheiro *incluir a data de 25 de junho de 1822 no calendário oficial de efemérides históricas do Brasil.*

A referência a esta data como marco da primeira tentativa brasileira de independência de Portugal, ocorrida na cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia, constituirá uma celebração em todo o território nacional. As instituições educacionais, em todos os níveis de ensino, e os livros didáticos de História do Brasil farão menção a esta data destacando o seu significado histórico no período que precedeu a Independência do Brasil.

Na justificação destaca o Autor:

“ Esse movimento de resistência manteve a vila de Cachoeira longe do domínio português, e nesse mesmo dia, em sessão pública da Câmara, foi proclamado D. Pedro I, filho de D. João VI, o Regente do Brasil. Seguiram-se atos de confronto, mas ao mesmo tempo começava a se firmar o espírito de independência de toda a Nação”.

Nesta Comissão foi aberto o prazo para recebimento de emendas, no período de 24/08/2007 a 03/09/2007. Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O conhecimento da história de uma nação ou de um povo nos permite dimensioná-los no tempo e no espaço. As datas significativas para cada grupo humano, sejam religiosas, sociais ou históricas passam a ser marcos de referência para a compreensão das suas identidades. As datas comemorativas se relacionam a fatos ou personagens históricos de uma época,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

mas, às vezes são modificados em outra época, em virtude de novos fatos, geralmente associados à política vigente. Assim temos o 7 de setembro que se manteve antes e depois da fase republicana, porém modificou os homenageados e a concepção dos responsáveis pela criação da nação brasileira. Também Tiradentes, *alçado a herói nacional após a implantação do regime republicano, não era personagem mencionado sequer nas aulas de História no decorrer do período imperial do século XIX.*

A expressão utilizada pela Profª Circe Bittencourt, no *Dicionário de Datas da História do Brasil*, de que *datas são suportes da memória*, nos dão uma dimensão da pontuação que pode e deve ser feita, considerando uma linha de tempo, para rememorar a história. Todo o fato histórico é permeado de outros fatos históricos preparatórios, que em uma cadeia de acontecimentos se posicionam em antes, durante e depois.

Ao pensarmos a Independência do Brasil ocorrida em 7 de setembro de 1822, na cidade de São Paulo, não podemos deixar de relacioná-la ao retorno de D. João VI a Portugal, quando as Cortes de Lisboa pretendiam recolonizar o Brasil e exigiam a volta do regente D. Pedro. A primeira grande manifestação de resistência a este ato foi o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando D. Pedro desobedece à determinação de Portugal e permanece no Brasil.

Outro fato histórico pouco conhecido se dá no município de Cachoeira, no Estado da Bahia que, pioneiramente, declara adesão a D. Pedro, desconhecendo a autoridade do Brigadeiro português Ignácio Luiz Madeira de Melo. Com o apoio de outras Vilas, as forças municipais compostas por oficiais, proprietários de engenho e escravos lideraram um movimento revolucionário contra o regime português, proclamando a nacionalidade brasileira.

A Câmara Municipal de Cachoeira aclamou o Príncipe D. Pedro, Regente do Brasil. Diante disso *uma escuna de guerra portuguesa que se achava no Porto atirou contra a Vila, o que causou indignação geral. (...) Certo número de homens valentes dirigiram-se para a escuna, tomaram-na e houve ainda tiroteios entre partidários da causa nacional e da lusitana, resultando de tudo, em 25-6-1822, a organização de uma Junta Conciliatória de Defesa. Esta nova Junta logo se dirigiu ao Príncipe Regente manifestando sua adesão*, (Dicionário Brasileiro de Datas Históricas).

Cachoeira, pelo seu passado histórico, foi distinguida com o título de Cidade Monumento Nacional pelo Decreto nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971. Foi por duas vezes sede do governo da Bahia, em 1822 e 1837. Está associada à história do Brasil como a primeira *Vila* que proclamou D. Pedro I como Regente do Brasil.

No momento em que se aproximam as comemorações alusivas ao bicentenário da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808-2008) e de nossa emancipação política, é preciso resgatar estes fatos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

históricos que não tiveram o devido registo nos livros de história e que bem demonstram o interesse do povo baiano na luta pela Independência de nosso País.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 1.681, de 2007.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2007.

Deputada **ALICE PORTUGAL**
Relatora